



EIXO TEMÁTICO:
Organização e Representação da Informação e do Conhecimento

**DOCUMENTAÇÃO, ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA: DIFERENTES
PERSPECTIVAS NA REPRESENTAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS**

***DOCUMENTATION, ANTHROPOLOGY AND HISTORY: DIFFERENT
PERSPECTIVES IN THE REPRESENTATION OF DOCUMENTARY SOURCES***

Viviane Faria Machado (UEL) - vfmacfar@yahoo.com.br
Ana Cristina de Albuquerque (UEL) - albuati@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo propôs verificar reflexões à respeito das fontes documentais no campo da Documentação, Antropologia e da História e a conceitualização de como essas áreas dialogam, delimitando e compartilhando teorias e métodos. O objetivo foi entender como os registros documentários se constituem como fonte de pesquisa para essas disciplinas, e qual a contribuição que esses campos podem trazer para a análise desses documentos. Para isso, buscou-se como referencial bibliográfico as contribuições conceituais na área da Documentação, no que diz respeito as fontes de registros físicos. A partir disso, procurou-se a exploração dos aspectos teóricos na área de Antropologia e História, em que foi analisada separadamente e para depois o entendimento da convergência de elementos que interagem entre elas. Assim, esse estudo permitiu compreender, a existência de alguns aspectos que irão interferir sobre as fontes documentais, e isso acaba definindo determinado registro como documento ou não.

Palavras-chave: Antropologia. História. Documentação. Fontes Documentais.

Abstract: The article proposes to verify reflections about documentary sources in the field of Documentation, Anthropology and History and the conceptualization of how these areas dialog, delimiting and sharing theories and methods. The objective was to understand how documentary records constitute a source of research for these disciplines, and what contribution these fields can bring to the analysis of these documents. For this, we searched as a bibliographical reference the conceptual contributions in the area of Documentation, regarding the sources of physical records. From this, the exploration of the theoretical aspects in the area of Anthropology and History, in which it was analyzed separately and for later the understanding of the convergence of elements that interact between them. Thus, this study allowed to understand, the existence of some aspects that will interfere on the documentary sources, and this ends up defining a certain record as document or not.

Keywords: Anthropology. History. Documentation. Documentary Sources.

1 INTRODUÇÃO

As práticas de fronteiras de acordo com Schwarcz (2000) são as relações de delimitação e apropriação de modelos teóricos e metodológicos entre os domínios dos campos do conhecimento. No caso do estudo em questão, o interesse encontra-se nas reflexões das estruturas da Documentação, da Antropologia e da História e em suas relações de influência.

Objetivou-se refletir sobre o uso de registros documentais no âmbito das disciplinas de Antropologia e História, ao qual buscou contribuições através das bases de definições e ordens de elementos constituídos no campo da Documentação. Procura-se explorar o significado do que é um documento, e como esse pode ser transformado em fonte de pesquisa, e em que momento essas fontes se integrarão de forma interdisciplinar nessas áreas.

Para isso abordou-se no referencial teórico as concepções a respeito de Antropologia, História, e as relações interdisciplinares dessas áreas, juntamente com definição de registro do conhecimento ligado ao campo da Documentação. Utilizando uma revisão bibliográfica, elencando os períodos históricos das principais abordagens das disciplinas de História e Antropologia em suas convergências e divergências de domínios, realizando uma análise comparativa e correlacionando com a pesquisa em fontes documentais. Sendo apenas um breve recorte sobre as contribuições na análise documental utilizadas como fonte de pesquisa para as áreas em discussões.

2 FONTES DOCUMENTÁRIAS

A Documentação é a área que estuda os processos de guarda, organização, representação e disseminação do conhecimento humano registrados em suporte físico, ou seja, os documentos, para que os indivíduos obtenham o acesso à informação. De acordo com Le Goff (2003, p.526, destaque do autor) “Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, colha do historiador”, ou seja, a produção de uma sociedade e o legado assim deixado por ela.

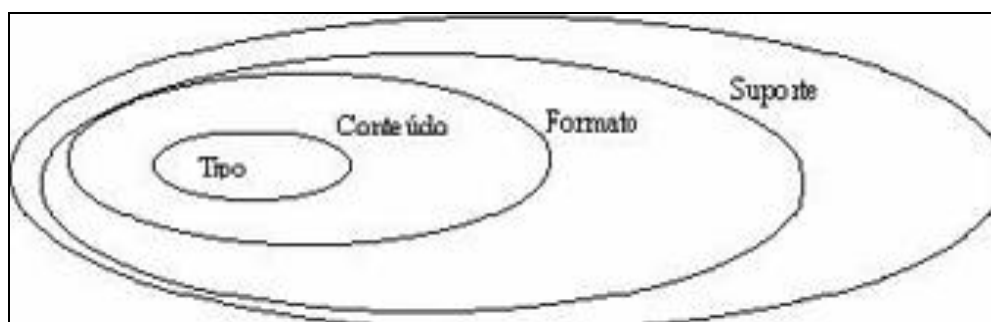
A Documentação de acordo com Ribeiro, Mesquita e Miranda (2014), objetiva-se em quatro primazias, que são: registrar o conhecimento humano e a

realidade perceptível; conservar, descrever e analisar os registros documentais; tratar os documentos primários originando registros secundários ou terciários; registrar a informação cuja garantia seja a transmissão do conhecimento universal.

Visto que os documentos são “[...] fonte preciosa do passado, pois compreende os únicos testemunhos do aspecto humano da vida [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.70). Verifica-se, portanto que os registros documentais são fontes de conhecimento para o entendimento do contexto social dos sujeitos, representam o passado, contam a história de uma sociedade e seus valores, retratam aspectos culturais e sociais, e são transformados em fontes de pesquisa, ao qual se retira do objeto analisado a sua significação.

A percepção conceitual empregada aos documentos transcende ao mero fato dele conter apenas informações, sendo necessário analisar os elementos que devem ser levados em consideração ao se analisar um documento, sendo estes elementos constituintes do registro documental, conforme quadro abaixo:

Figura 1 – Elementos constitutivos de um documento



Fonte: Miranda e Simeão (2002, p.4)

Assim, para a compreensão do registro documental como objeto de estudo deve-se atentar-se para o tipo ou tipologia, que está relacionado com o processo produtivo do conhecimento, em que a sua forma determina o seu uso, exemplo: livros, patentes, relatórios, entre outros. O conteúdo é a própria ideia registrada, pode-se dizer que é o assunto da mensagem abordada no documento. O formato é definido como a forma apresentada do conteúdo, sendo responsável na modelagem da ideia, a qual permite a inteligibilidade do assunto. Por fim, o suporte é a parte tangível e manipulável, ou seja, é o produto físico, local em que a mensagem está registrada (MIRANDA; SIMEÃO, 2002).

Paul Otlet, precursor de estudos voltados aos documentos na Europa, em sua publicação do Tratado de Documentação (1934), amplia a definição de documento,

em que é “[...] uma força profundamente social, como o centro de um complexo processo de comunicação, acumulação e transmissão de conhecimentos” (MURGUIA, 2011, p.41), ou seja, sendo considerados documentos, não apenas os registros textuais, mas também, os imagéticos e sonoros, os artefatos e objetos. Pois esses documentos contêm informações e são produtos sociais construídos artificialmente pelos homens em um vínculo de relações entre dominantes e dominados.

Conforme Murguia (2008), o documento insere-se “um lugar no espaço”, que são os ambientes institucionais, que regulam regras e normas para guarda, tratamento e disseminação, determinando sua função específica de acordo com os objetivos das instituições. Os lugares de guarda desses materiais são as unidades informacionais, como bibliotecas, museus, arquivos, públicos ou privados. Estas instituições gerenciam o acervo documental, sendo local de pesquisa para a sociedade. Elas tornam-se ambiente de pesquisa para os antropólogos e historiadores, e são de acordo com Murguia (2008, p.231) “[...] instituições históricas porque diferentes atribuições lhes são conferidas ao longo do tempo”. O que se pode destacar em relação à abordagem da Documentação é o prisma de dois expoentes, que são: que são documentos e quais registros, potencialmente, configura-se como tais? O outro aspecto refere-se a questão das institucionalizações intervindo na valorização desse *corpus* documentais, conforme foi discutido anteriormente.

Para o entendimento em que as disciplinas de História e Antropologia possam auxiliar na interpretação e exploração dos documentos, segue uma breve conceituação das suas teorias consolidadas ao longo do tempo, possibilitando verificar e identificar os elementos que se deve atentar no momento de utilizar os documentos como fontes de pesquisa, além do que já foram expostos.

3 ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA E A RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR: CONSIDERAÇÕES REFERENTES À ABORDAGEM TEÓRICA DA ANTROPOLOGIA

A Antropologia é considerada um campo da Ciência Social que tem por finalidade entender a relação da diversidade do indivíduo com seu meio social,

cultural, econômico, político, de diferentes comunidades, desde as mais complexas até as mais simples e em como se organizam e vivem em coletividade.

O Evolucionismo, corrente antropológica ligada às classificações evolutiva da humanidade, preocupa-se em obter exemplares e segmenta-los em classes como forma de explicação dos costumes sociais em uma ordenação hierárquica temporal. Matta (1981) destaca que, essa comparação horizontal, tem como característica, ao que se refere na investigação do evolucionismo, em que são analisados isoladamente os costumes sociais de determinada comunidade e seu ambiente contextual. Assim, os pesquisadores evolucionistas, realizavam comparações de uma sociedade com outra apenas pelos seus costumes, excluindo o contexto de cada, sendo despercebidos elementos de valores das relações sociais. Importante, também destacar a questão do desenvolvimento das sociedades de maneira linear, em que os eventos podem ser causas ou consequências, isso dá a sensação de progresso social, ao qual retoma a dimensão temporal, determinando que o sistema social seja um sistema totalitário (MATTA, 1981).

A corrente Funcionalista, tendo como seu grande precursor Malinowski (1884 - 1942), corresponde a uma doutrina responsável por estudar determinada sociedade através de suas relações integradas, em que “[...] nada num sistema ocorre ao acaso ou está definitivamente errado ou deslocado” (MATTA, 1981, p. 103). A perspectiva funcionalista envolve a reflexão e a aproximação do antropólogo frente aos costumes de outras sociedades nativas, e não europeias, obtendo uma posição de relativização, em que associa os acontecimentos entre as sociedades, comparando os significados culturais uma com a outra (MATTA, 1981).

O Estruturalismo é outra corrente antropológica que vem quebrar paradigmas do olhar do “eu com o outro”, tendo como principal expoente Lévi-Strauss, que estabelece as divisões com a História, as diferenças e semelhanças entre essas áreas. De acordo com Matta (1981), a Antropologia fundamentada por Lévi-Strauss visa estudar o outro através do eu e seus valores, sendo o tempo não considerado como uma categoria para o entendimento da cultura, e sim o espaço como vetor de comparação das diferenças e semelhanças entre as sociedades, pois o espaço substitui a temporalidade, e o tempo é relativo entre as sociedades, e nenhuma tem a mesma concepção que a outra.

Outro destaque deve-se a Marshall Sahlins (1930 -), que pensa o evento através da perspectiva dos mitos, quando este reconstrói a historia da sociedade

havaiana e do final trágico do capitão Cook. Explora através de fontes documentais, sendo os relatos, documentos comerciais, biografias, parte-se desses para a compreensão dos eventos passados. Para Sahlins, a Antropologia cria laços com a História quando essa se apresenta consolidada nas estruturas sociais, pois cada sociedade expressa a sua história e culturas em concepções diferentes (KUPER, 2002). Essas formas de pensar a história de acordo com cada cultura não se podem generalizar devido aos conceitos diferentes que são construídos e consolidados em cada sistema social.

Para Clifford Geertz, que aprofundou-se na teoria interpretativa da cultura, em que a antropologia cultural, ligada aos códigos simbólicos, estuda a diversidade cultural do indivíduo em sociedade, muitos historiadores apropriaram-se desse domínio para aplicar em suas pesquisas. De acordo com Burke (2005), para Geertz a cultura é,

[...] um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida.

O que se pretende apontar é como os símbolos estão repletos de significados e como cada sociedade expressa essas formas, como as tradições são transmitidas através de rituais. Muitos dessas abordagens teóricas influenciaram outras disciplinas, como o caso da História, a olhar de forma diferente a compreensão das sociedades passadas, pois, “Ao explorarmos a maneira como representamos a relação entre nós e o passado, nós podemos nos ver não como observadores distantes do passado, mas, como participantes na sua criação” (FUNARI; SILVA, 2008, p.91).

3.1 ABORDAGEM HISTÓRICA A PARTIR DA ESCOLA DOS ANNALES

No processo da construção da história da História, após a Primeira Guerra Mundial, em Estrasburgo - retornando a posse da França – Lucien Febvre e Marc Bloch (1929) publicam a Revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, com uma nova proposta, em que rompem com a história tradicional, que preocupa-se com a história dos fatos e das guerras política, de ser entendida como um ato do indivíduo herói e o estudo da origem humana, pensado em um tempo cronológico, e iniciam

um novo paradigma epistemológico aprofundando estudos na esfera social e trazendo conceitos da Ciências Sociais (FUNARI; SILVA, 2008).

Essa nova forma de se estudar a história era diferenciada devido a sua “[...] percepção do social em detrimento do individual; inserção em novos e diferentes campos [...] pressuposto de uma história problema, em substituição à tradicional história narrativa, dos acontecimentos” (FUNARI; SILVA, 2008, p.58), e a Escola dos Annales se divide em três gerações.

A primeira geração, manifesta pelos fundadores da revista, que preocupava-se com a cientificidade do campo e o diálogo com outras áreas, também, modificaram o modo de pensar as fontes documentais, em saber o que poderiam considerar como o corpus documental, e quais retratariam os fatos humanos, não considerando apenas os documentos em arquivos como prova factual, mas sim todos os tipos de registros humano, desde o escrito, o imagético e as narrativas orais.

Na segunda geração dos Annales, o principal historiador foi Fernand Braudel, que herdou da primeira geração a concepção da interdisciplinaridade. A maior contribuição para essa geração foi à publicação de sua tese referida ao Mediterrâneo e a Felipe II que, constrói uma narrativa invertida dos sujeitos, assim descreve Funari e Silva (2008, p. 64, 65) “[...] o indivíduo ocupa um lugar diminuto em face de um sujeito maior, o mar. [...] que objetiva a compreensão da totalidade dos fenômenos humanos mediante a análise social”, aqui o autor buscou parâmetros fundamentados na área da Geografia com a História para analisar os aspectos sociais da região.

Outra ressalva a se fazer é em relação à ação do tempo na História, para Funari e Silva (2008), Braudel determina três divisões como forma de explicar o tempo, sendo o tempo geográfico: que estaria a história permanente, demorada, quase imutável; o tempo social: é a história advinda do indivíduo e do social, contém as mudanças dos acontecimentos nas estruturas econômicas, políticas e sociais, não sendo uma história imóvel; e por fim, o tempo individual: constaria a história tradicional, necessária como forma de situar o homem ao seu ambiente, porém não em profunda escala de apontar o indivíduo como o transformador do meio, ou seja, a totalidade do humano.

A terceira geração, a História Nova, fundamentado por Le Goff e Pierre Nora, introduz a história das mentalidades, e das possibilidades múltiplas de perspectivas

analíticas, em que estes se voltam para os estudos antropológicos em relação ao terreno do simbólico, as questões das representações dos símbolos nas culturas (AGOSTINI, 2000). A história nova configura-se em uma analítica de novos objetos, problemas e abordagens. Ao ser proporcionado o conceito de mentalidades como forma de verificação de modelos comportamentais numa estrutura social e suas modificações temporais, assim, pode-se entender que,

A mentalidade de uma época seria algo comum ao conjunto da sociedade que nela viveu, independentemente das inúmeras variações que possam existir entre seus indivíduos e grupos. O apego dos historiadores do mental à longa duração e ao estruturalismo consistia no fato de propiciarem uma melhor compreensão da lenta mudança das estruturas mentais das sociedades (FUNARI; SILVA, 2008, p.73).

A partir da Escola dos Annales percebe-se a ruptura entre a história tradicional, construindo novos estudos para uma história cultural, voltada para as relações sociais, das minorias e excluindo a história feita apenas para os indivíduos heroicos, sendo essas gerações preocupadas com vetores socioeconômicos e psicológicos coletivos, o imaginário e o demográfico e a valorização das mentalidades como modo operante do sistema social, encontrada na terceira geração. Como afirma Funari e Silva (2008, p. 89) “[...] o estudo do passado esteve sempre envolvido na compreensão do mundo presente, a partir do que havia ocorrido anteriormente”.

A partir da década de 70, surge uma nova corrente da história denominada micro-história, que vai ao encontro da antropologia, tendo com expoentes, Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, entre outros. Esta concepção tendia as narrativas das classes inferiores, assim como apresentado na obra de Ginzburg, em ‘O queijo e os vermes’, que se baseia na descrição de um indivíduo que passa por um processo de interrogatório sob a suspeita de heresia em uma região no norte da Itália, no século XVI (BURKE, 2005). Essa visão da história contada por baixo traz uma ruptura da representação histórica sobre quais histórias devem ser contadas, apenas as das classes superiores, ou não, deve-se também, a intervenção na história da humanidade a partir da história das classes subalternas.

3.2 REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES DA ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA APLICADAS AOS DOCUMENTOS

A disciplinaridade configura-se na delimitação teórica, metodológica, conceitual entre domínio dos campos de estudos, porém a interdisciplinaridade considera a inter-relação entre as convergências dessas disciplinas, esse é, como definido por Schwarcz (2000), as práticas de fronteira entre a História e a Antropologia. Assim depara-se com estudos dessas áreas preocupadas em dialogar uma com a outra em,

Da parte da história parece chamar atenção o uso de conceitos e domínios como a cultura, a estrutura, as noções de símbolo e mito. Isso para não falarmos das tentativas imediatas, por parte da Nova História, de retomar a noção de sincronia e combiná-la com a idéia de longa-duração. Já no interior do campo da antropologia, alguns autores têm procurado introduzir a História em suas análises, revendo antigas práticas que buscaram entender o trabalho empírico como método privilegiado – e sincrônico -, quase que definidor da disciplina (SCHWARCZ, 2000, p.11).

Momentos que as áreas se apropriam de conceitos teóricos e metodológicos da outra disciplina. As dicotomias de delimitação das disciplinas referente à consolidação conceitual de registros documentais,

[...] os antropólogos trabalham, em geral, com documentos produzidos na etnografia, ou seja, com documentos que carregam em si a intenção de serem estudos acadêmicos e/ou científicos; os historiadores, em princípio, cercam-se com documentação que tem outras intenções (registro oficial, comemorações religiosas, civis, etc) e não foi produzida para uma análise acadêmica, científica (AGOSTINI, 2000, p.36).

Por tanto, os registros documentários como definido por Lévi-Strauss (1985), que conceitua a etnografia como a tarefa de registrar as investigações dos antropólogos, através da observação, analisando as particularidades do grupo observáveis possibilitando redigir as fontes documentais. Assim, pode-se entender que, o antropólogo produz documentos sobre as culturas sociais, a qual o historiador analisa estas escritas para constituírem um *corpus* histórico, principalmente tratando de sociedades “primitivas” ou já inexistentes.

Compreender as correntes teóricas possibilita analisar os documentos em relação a algumas perspectivas, as quais elencam-se alguns pontos que foram analisados, a seguir:

- O valor do objeto: modalidade da comparação relativizadora, definido por Malinowski, em que o objeto tem um valor intrínseco de menor significância de

utilidade para determinada comunidade, porém o tempo de existência pode contribuir para um valor significativo de historicidade; Assim os objetos “podem ser feios, inúteis e, segundo os padrões correntes, possuir muito pouco valor intrínseco; porém, só pelo fato de terem figurado em acontecimentos históricos e passados pelas mãos de personagens antigos [...]” (MALINOWSKI, 1976 apud, MATTA, 1981, p.108), eles se configuram como preciosidade devido a sua importante carga sentimental.

- A questão da Institucionalização: a massa documental constituintes em Arquivos, Museus, Bibliotecas, Centro de Documentação, tem o jogo de interesse de poder, pois nessas instituições são estipuladas regras e normas, desde a sua inserção no acervo até a sua disseminação ao público. Aqui estabelece quais os documentos terão o valor para pertencer a determinado acervo? E quais devem ser preservados e considerados como prova de determinada época e comunidade? Pois, de acordo com Murguia (2008, p 231) as unidades de informação “Intervêm de forma direta nos agenciamentos da sociedade e na valoração que a sociedade outorga a suas funções”. Ou seja, isso pode interferir em orientações ideológicas quanto ao tipo de documentos constituíram o acervo e que esses servem como construto da identidade social.
- As interpretações documentais: partindo do princípio que os repositórios documentais são fontes de informações de ampla pesquisa, se questiona as interpretações que esses pesquisadores fazem ao trabalhar com esses documentos. Devido à carga subjetiva, tanto na produção desses documentos, quanto na seleção desses. Uma das críticas que a Escola de Annales refere-se, conforme discorrido por Funari e Silva (2008) é em relação à subjetivação de recolher os documentos e fazer a reconstituição histórica, ora, são os fatos escolhidos pelo próprio pesquisador em que irá liga-los e interpretá-los de acordo com seus valores, por isso deve-se atentar que, “O passado não é descoberto ou encontrado. É criado e representado pelo historiador como um texto que, por sua vez, é consumido pelo leitor” (FUNARI; SILVA, 2008, p.91). Isto é, ninguém cria a narrativa histórica, apenas representam os fatos e eventos recorrentes das sociedades.
- A significação simbólica: nesse apontamento necessita a percepção do universo simbólico intrínseco aos documentos e suas relações metafóricas. Visto como os símbolos representam o meio a que se está analisando, porém estes podem corresponder às múltiplas associações. Assim deve-se atentar ao contexto

que o símbolo pertence e que é compartilhado entre os grupos e em determinada época. Precisa preocupar-se com a questão da generalização simbólica. Quando se aprofunda nesse elemento deve-se considerar a problemática do espaço, pois esse é, “[...] precisamente um espaço dominado por grupos humanos, ou seja, um espaço simbolizado” (AUGÉ, 1997, p.14), ou seja, essa simbolização ocorre em todas as sociedades, pois aqueles que pertencem ao mesmo espaço compartilham de uma mesma ideologia e se estruturam em uma ordem social. Acrescenta Augé (1997) que esse espaço simbólico corresponde a identidade do indivíduo, a relação entre os sujeitos da comunidade e ao pertencimento de um espaço histórico.

Uma perspectiva a ser apresentada refere-se aos,

[...] ‘signos em ação’: categorias e valores mobilizados de acordo com a situação. Os signos em ação de Sahlins [...] têm uma de duas relações com seu ‘signos em posição’. Enquanto usados historicamente, os signos podem tanto reproduzir quanto transformar o significado original (BIERSACK, 1995, p.117).

Assim, na construção da narrativa do acontecimento no Havaí, Sahlins, demonstra como essa mudança de significado ocorreu em relação ao deus Lonos e ao capitão Cook. O que se pretende dizer é que o significado de um símbolo pode ser reinterpretado de acordo com um acontecimento e assim ocorre a mudança de valor desse símbolo, como aponta Augé (1997), isso ocorre claramente através dos “contatos culturais”.

Essas reflexões são apenas algumas quando se trata de fontes como objetos de pesquisa, e seu condicionamento para o tratamento e análise desses documentos. Porém existe ainda um amplo campo a ser abordado como a questão da temporalidade, das estruturas e eventos, dos gêneros narrativos, entre outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da literatura levantada pode-se entender que a fonte documental é de importância significativa para a pesquisa nos campos de História e Antropologia, e que as questões de fronteira entre essas disciplinas interagem para a exploração e compreensão dos documentos.

Percebe-se que as instituições, como museu, que foram criadas para atender como guarda dos documentos das culturas sociais, em que transmitia verdadeiras vitrines do exótico, das coisas que não era comum nas sociedades europeias, hierarquizando os sistemas superiores aos inferiores, ou seja, os dominantes e os

dominados. Porém quando a antropologia começa a olhar as sociedades de outra perspectiva, percebe-se a importância dos significados simbólicos em contrastes com os costumes e o contexto implicado nessas sociedades. Quando analisa as diferenças culturais, necessário a percepção de minimizar as fronteiras diferenças entre o “nós e eles”, assumindo a questão de alteridade.

Sendo assim, ao se interpretar um conjunto documental, institucionalizado, imbricado de significação, necessita o investigador averiguar minuciosamente os elementos como os discutidos nesse artigo referente ao tipo de documento que está tratando, qual a instituição ele pertence, quem registrou a informação nele contida, quais as significações simbólicas constituem esses documentos, pois esses fatores irão interferir na análise e na interpretação, e poderão atestar sua validade como prova documental.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, A. J. Jacques Le Goff: por uma nova fronteira entre Antropologia e História. In: SCHWARCZ, L. K. M.; GOMES, N. L. (Org.). **Antropologia e História: debate em região de fronteira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Cap. 2, p. 33-51.

AUGÉ, M. O espaço da antropologia e o tempo antropológico da história. In: _____. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Cap. 1, p. 9-31.

BIERSACK, A. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Cap. 3, p. 97-130.

BURKE, P. A vez da antropologia histórica. In: _____. **O que é a história cultural?**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005. Cap. 3, p. 44-67. Tradução de: Sérgio Goes de Paula.

FUNARI, P. P. A.; SILVA, G. J. A Escola dos Annales. In: _____ (Org.). **Teoria da História**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Cap. 5, p. 55-92.

KUPER, A. Marshall Sahlins: história como cultura. In: _____. **Cultura: a visão dos antropológicos**. Bauru: EDUSC, 2002. Cap. 5, p. 207-258. Tradução de: Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. Tradução de: Chaim Samuel Katz.

MARCONI, M. de A. ; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MIRANDA, A.; SIMEÃO, E. A conceituação de massa documental e o ciclo de interação entre tecnologia e o registro de conhecimento. **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação**. 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/miranda-simeao-conceituacao-massa-graficos-final.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

MURGUIA, E. I. A produção social do documento: valor, informação e instituição: um lugar de reflexão para as Ciências Humanas. In: FURNIVAL, C. (Org.). **Olhar: Ciência, Tecnologia e Sociedade**. São Carlos: Centro de CECH-UFSCAR, 2008, p. 225-234.

MURGUIA, E. I. Percepções e aproximações do documento na historiografia, documentação e ciência da informação. In: CRIPPA, G.; MOSTAFA, S. P. (Org.). **Ciência da informação e documentação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011. Cap. 3, p. 37-52.

RIBEIRO, M. C. P.; MESQUITA, W. A. B.; MIRANDA, M. L. C. A tese otletiana para a gestão, organização e disseminação do conhecimento. **RACIn**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2014.

SCHWARCZ, L. K. M. História e Antropologia: embates em região de fronteira. In: SCHWARCZ, L. K. M.; GOMES, N. L. (Org.). **Antropologia e História**: debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Cap. 1, p. 11-32.